

## “O engenheiro agrônomo e a política agrícola”

Carlos Pieta Filho

**Discurso do presidente da FAEAB na abertura do XX Congresso Brasileiro de Agronomia em Blumenau, SC.**

Repetimos aqui, senhor ministro, autoridades, senhores e senhoras, agricultores, presidentes de associações estaduais de engenheiros agrônomos, colegas presentes, o que foi dito em março de 1994: no Brasil nunca houve e não há um modelo agrícola. As diretrizes econômicas para a agricultura são, na verdade, apenas uma liberação periódica e até ocasional de recursos financeiros, quase sempre insuficiente e submissa “às conveniências de caixa”. Sem a característica original do crédito agrícola e transformado em apêndice do Banco Central e BNDES, com regras emanadas do Conselho Monetário Nacional, o apoio ao setor caiu na vala comum que burocratiza o acesso aos caríssimos recursos para a produção, afastando os produtores necessitados de capital de giro e dos insumos básicos para manter sua produção e produtividade. Não há, no país, incentivos e nem subsídios à agricultura, justamente o contrário dos países ricos, o que contribui para, ao invés de inserir o país na contemporaneidade do primeiro mundo, evidenciar que a realidade brasileira impõe restrições que parecem tão avassaladoras ao ponto de se temer uma queda para o quarto mundo. Temos ou tínhamos 32 milhões de brasileiros passando fome e temos grande parcela dos produtores rurais, especialmente os pequenos, descapitalizada, desorganizada, pouco capacitada e, conseqüentemente, fora do “circuito do mercado e do circuito tecnológico.”

Não houve aumento da área cultivada, embora tenhamos outros 47 milhões de hectares propícios à agricultura; não houve aumento significativo na produção nacional de grãos - os grãos de milho e de soja produzidos, em sua maioria, se destinam aos animais, caracterizando um “modelo redutor” de alimentos; tem havido insuficiente oferta de recursos financeiros ao setor agrícola e, quando ofertados, eles o são a altos custos financeiros; a não implementação ou não cumprimento das regras do Proagro; a não implementação da Lei 8.171 que dispõe sobre a política agrícola; a descaracterização das atividades e a “estagnação” das atribuições do Ministério da Agricultura; baixos salários pagos a nossa categoria pelos órgãos públicos da administração direta. Recentemente, no último dia 12 a MP 1.588 preteriu os engenheiros agrônomos do Ministério da Agricultura na criação da Carreira de Fiscal Agropecuário; extinção da extensão rural oficial, deixando nos Estados milhares de pequenos produtores rurais sem possibilida-

des de acesso às tecnologias; dificuldade para manutenção das atividades da Embrapa e os convênios com as empresas estaduais de pesquisa agropecuária; desenfreada e inconcebível criação de novas escolas de agronomia, sem a mínima estrutura, e quando há milhares de colegas sem emprego ou sem oportunidade de credenciamento oficial ou de exercer seu próprio negócio; e, finalmente, o completo esquecimento e desconsideração para com as entidades representativas dos produtores e dos profissionais em ciências agrárias, especialmente a categoria dos engenheiros agrônomos.

O Plano Real valorizou o câmbio, reduziu tarifas de importação e elevou os juros a patamares recordes. A oferta de alimento ocasionada pelo bom desempenho do setor no ano anterior foi fundamental para o aviltamento dos preços, já que o aumento da demanda (doméstica e externa) foi menor que a expansão da oferta em nível nacional.

O governo federal pouco fez para incentivar a produção, já que a estratégia é enxugar os excedentes de mercado, permitindo a elevação dos preços até um nível que não comprometa o controle da inflação. No entanto, com a incerteza do clima e a redução dos estoques mundiais de grãos, esta política poderá ter conseqüências desastrosas.

As decisões de plantio foram agora tomadas num clima de insatisfação, seja quanto às perspectivas de mercado, seja quanto à atuação do governo através dos seus instrumentos de política agrícola. O recuo ou a estagnação da área plantada tornou-se inevitável e o Brasil continua produzindo apenas 400kg de alimentos por habitantes por ano, quando as necessidades são de 800.

Embora as regras de financiamento do BNDES tenham baixado o custo do dinheiro para o “spread” básico e para operações especiais, embora o Finame financie 100% do valor do equipamento; embora as taxas de juros no nosso crédito rural caiam de 12 para 9,5% ao ano, considerando ainda que o Pronaf trouxe sensíveis melhoras no meio rural e a utilização de 7,3 bilhões de reais na última safra pelo setor, é bom lembrar que estas medidas estão ainda muito longe daquelas a que estão sujeitos nossos concorrentes lá fora.

Diversas lideranças européias vêm afirmando que “produzir livremente não pode significar continuar a praticar a política do *dumping* através de subvenções às exportações, porque arruinam os agricultores dos países em desenvolvimento.”

Esta posição é acompanhada de propostas para alocação de recursos aos produtores sob o título de ajuda para “manter a paisagem rural, assegurar a harmonia territorial e fazer a guarda da natureza.” Ou seja, mantém-se o subsídio.

A conjuntura tem demonstrado, no entanto, que as correções de rumo do Plano Real conflitam com a necessidade de financiamento da agricultura a taxa de juros baixa. Nossos produtores necessitam de uma política compensatória que sirva para neutralizar, ou pelo menos minimizar, os efeitos da política prote-

cionista difundida no hemisfério norte e para possibilitar um ambiente de segurança alimentar ainda inexistente no país.

É a agricultura que tem o seu PIB sempre crescente, é a agricultura que é a atividade que gera mais empregos por unidade de capital aplicado, é na agricultura que o retorno do capital investido é rápido, é na agricultura que o custo de manutenção da mão-de-obra é mais barato - segundo a FAO, - o custo para a sociedade manter um migrante rural no meio urbano é sete vezes mais caro do que mantê-lo na sua origem; é na agricultura que vivem 37 milhões de pessoas, é na agricultura que se pode gerar muitos e muitos empregos, enfim está na ciência e tecnologia agrícola a fonte capaz de prover base de sustentação para a retomada do desenvolvimento que todos desejamos, beneficiando produtores no meio rural e consumidores no meio urbano.

O governo conseguiu a compensação da cesta básica, a compensação o IPI, através do desconto do PIS/COFINS, do ICMS da exportação, o que, se foi bom para o produtor brasileiro, causou diminuição de arrecadação pelo Estado.

É necessário produzir mais, é necessário instituir subsídios, é necessário um grande investimento tecnológico, agregar valor e agregar o valor é agregar cérebro na produção. E aqui é que sobressai o engenheiro agrônomo, profissional de base curricular larga, de formação eclética, que pode ser um executivo polivalente, realizando serviços encomendados ou o seu próprio negócio, executando assim as mais diversas tarefas e projetos, tanto no negócio agrícola (“agribusiness”) como na agropecuária em si.

Os engenheiros agrônomos na condição de profissionais da ciência da vida, com atuação na produção, industrialização, distribuição e controle da qualidade dos alimentos, na produção de energias renováveis e de fibras para o vestuário e na potencialização do lazer e do meio ambiente, estão solidários com a sociedade e dispostos a caminhar juntos na construção de um país novo, onde a cidadania e a qualidade de vida nos permitam o orgulho deste Brasil.

Louvemos a agricultura e os agricultores, que além da função social e de gerar empregos tem a função econômica gerar lucros, porém respeitemos o engenheiro agrônomo. Nós queremos melhores condições de trabalho, queremos mais produção (para alimentar de 160 a 200 milhões de conterrâneos), mais investimentos em tecnologia, na comercialização e na distribuição dos alimentos, estes com maior segurança e com melhor qualidade e a maior número de brasileiros.

**Carlos Pieta Filho**, eng. agr., Ph.D., Cart. Prof. 31.971-9, CREA-SC, Epagri, C.P. 502, Fone (048)234-0066, Fax (048) 234-1024, 88034-901 Florianópolis, SC e presidente da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil - FAEAB, Av. W3 Norte Q.516 Bloco A, Salas 502/503, Edifício Inácio de Lima Ferreira, Fone (061) 349-5009, Fax (061) 349-3631, 70770-515 Brasília, DF.